

Bruno Clemente Sabatucci

Problematizando a presença do professor de educação física na educação infantil: uma aproximação da proposta de Vitória-ES

ANÁLISE DOCUMENTAL

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG

2011

Bruno Clemente Sabatucci

Problematizando a presença do professor de educação física na educação infantil: uma aproximação da proposta de Vitória-ES

ANÁLISE DOCUMENTAL

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Educação Física da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. José Alfredo O. Debortoli

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG

2011

RESUMO

Apesar de a Educação Física, como área de conhecimento, estar prevista em todos os níveis da Educação básica pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 1996, LDB, não é isso que se vê dentro das instituições de Educação infantil oferecidas na maior parte dos municípios. Esse estudo se faz importante por se tratar de um direito das crianças ao conhecimento e a uma formação integral e a partir daí por dar subsídios e referências para a formação de futuros profissionais que poderão atuar na área, tendo em vista que a preocupação da Educação Física com as crianças de 0 a 6 anos é recente. Este trabalho tem como objetivo conhecer a presença da Educação Física na educação infantil fazendo um diálogo com o projeto da prefeitura municipal de Vitória, especialmente tomando como referência a tese de doutorado "A educação Infantil no município de vitória: um outro olhar". O estudo proposto se enquadra dentro da pesquisa qualitativa e dentro dessa abordagem pode ser definido como estudo de caso. A Educação Física na educação infantil é recente e precisa de mais estudos e pesquisas para poder auxiliar em uma formação profissional de qualidade e abordagens que se adéquem às singularidades do movimento corporal na educação da criança pequena.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física; Educação Infantil; Município de Vitória; Infância.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	4
2. EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES.....	9
3. OS ESTUDOS DE DEBORAH SAYÃO E SUA INFLUÊNCIA PARA PENSAR A EI NA EF BRASILEIRA.....	17
4. EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE VITÓRIA.....	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
6. REFERÊNCIAS.....	35

1. Introdução

A educação da criança pequena, tendo assumido papéis, funções e representações assistencialistas e de compensação de carências culturais e formação ao longo de sua história, recentemente foi reconhecida como um direito, (Sayão, 1996). Em 1988, através da constituição brasileira, a educação infantil passou a ser, pela primeira vez, reconhecida como dever do estado, quando reivindicada pela família. O que foi um avanço para essa área, já que, pela primeira vez a criança é incluída com direito a educação.

De acordo com Sayão (1996) Essa lei se deu, principalmente, ao movimento das mulheres que começaram a ocupar seu espaço no mercado de trabalho e sair de casa, assim precisavam de algum lugar onde seus filhos pudessem ser cuidados e educados. Segundo Silva (2002) os estudos sobre a infância por diferentes áreas do conhecimento junto com “diversos segmentos da sociedade civil em defesa dos direitos sociais”, contribuíram para a concepção de criança como detentora de direitos e “não mais vinculada apenas aos direitos da mulher.” (Silva, 2002)

Essa vinculação pode ser vista até a década de 80 dentro da Consolidação das Leis do Trabalho, na qual, segundo Silva (2002), “era o único texto que legislava sobre a obrigatoriedade do atendimento à criança em creches [...] mais especificamente aos direitos da mulher trabalhadora.” A partir disso podemos ressaltar a presença inicial, de creches e pré-escolas, com caráter assistencialista e devido ao mercado de trabalho.

Em 1990 é criado o Estatuto da criança e do adolescente- ECA. Esse documento tem caráter de lei e representou o aprofundamento de um tema específico possibilitando uma dimensão maior às crianças e reconhecendo-as como sujeito detentor de direitos e como uma fase singular. No ECA foi reconhecido como direito da criança e da família o acesso de seus filhos a escolas públicas próximas a residência e em creches e pré-escolas para crianças de zero a seis anos.

De acordo com a Lei de diretrizes e bases, LDB – 1996, “A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da

educação básica...” o que inclui a educação infantil como prevê a própria lei: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica...” Do ponto de vista da atuação de um profissional específico, ainda não é o que se vê nas instituições de Educação Infantil. Ayoub, 2001, destaca que após a lei “as discussões em torno da Educação Física na educação infantil vêm se intensificando” mostrando como a lei influencia no campo de trabalho.

De acordo com Sayão (1996) a idéia de Educação Física em pré-escolas se deu principalmente em instituições privadas devido ao surgimento e crescimento de “escolinhas infantis” oferecendo diversas práticas como danças, artes marciais, inglês, para atrair pais que pudessem pagar pelo serviço.

Durante esses vários anos a Educação Física, na educação de crianças de 0 a 6 anos, se sustentou, principalmente, através de abordagens fundamentadas na psicologia cognitiva e desenvolvimentista que influenciaram a inserção da Educação Física na Educação Infantil. Assim através de sua prática influenciou na reformulação das leis que passaram a prever essa área do conhecimento em todos os níveis da Educação básica no Brasil.

A partir do momento que a Educação Física se fez presente no contexto da educação básica, esta passou também a ser provocada a pensar a Educação Infantil como um lugar singular, de acordo com Sayão (2000) “As crianças de zero a seis anos apresentam-se como sujeitos que possuem características e necessidades que são singulares quando comparadas com outras categorias etárias.”

A lei é recente, assim como a concepção de criança como sujeito de direitos e os estudos a respeito das crianças pequenas pela Educação Física. Porém utilizando como base o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (COMBRACE), no período de 1997 a 2010, os trabalhos a respeito desse campo de atuação da Educação Física vêm crescendo nesses últimos anos.

Mesmo com esse avanço a criança e a infância parece não ser vista dessa forma, pois de acordo com Ayoub, 2001, o governo brasileiro não criou as condições necessárias para que a educação infantil seja tratada com o profissionalismo que merece. O que é confirmado por Silva (2002) quando aborda que com a

descentralização político-administrativa os municípios ficaram responsáveis pela educação infantil, tendo em vista a “diversidade e desigualdade em nosso país”, isso gera um déficit de procedimentos e recursos para garantir uma educação infantil de qualidade o que, ainda segundo Silva (2002), “confere um quadro complexo à educação da criança pequena”.

Estudiosas como Cerisara (2003), Rocha (1999) e Kramer (1998) sinalizam a necessidade de se trabalhar com a criança em suas diversas linguagens. Sendo a Cultura corporal de movimento especificidade da E.F e entendendo o movimentar e o brincar como forma de linguagem, “fonte e processo de significação do mundo” (Debotoli, 2002), e expressão corporal, a Educação Física se faz importante em todos os aspectos para um desenvolvimento integral da criança.

Para que a Educação Física se faça presente é preciso estar dentro do Projeto Político-Pedagógico da escola ou unidade de educação infantil e para isso Sayão (2000) levanta algumas questões essenciais para o seu desenvolvimento “Qual o papel da Educação Física naquela unidade? Qual a concepção de infância que a instituição assume e que será incorporada pelas ações na Educação Física? Qual o papel do professor de Educação Física? Como a unidade irá organizar o trabalho pedagógico entre os/as diferentes profissionais?”

Pensando que poucos municípios têm em suas instituições de educação infantil a presença do professor de Educação Física, mesmo sabendo de sua obrigatoriedade e importância para a formação integral das crianças, esse estudo se faz importante para ajudar a legitimar a Educação Física nesse espaço.

É importante por se tratar de um direito das crianças ao conhecimento específico dessa disciplina. As crianças têm o direito de se apropriar desse conhecimento que historicamente e influenciado pela cultura foi construído e é importante que reconheçamos nossa responsabilidade, professores, poder público e outros funcionários envolvidos.

Outro papel dessa pesquisa é, também, auxiliar na formação de futuros profissionais de Educação Física que irão atuar na Educação Infantil dando subsídios para que possam aprofundar mais no assunto, pois de acordo com

Oliveira, 2001, vêm ocorrendo “Práticas orientadas pelo senso comum nos cursos de formação de professores.”

Esse trabalho se propõe a discutir a presença da Educação Física na Educação Infantil. Para isso pretendo conhecer o Projeto Político Pedagógico da prefeitura de Vitória “A educação Infantil no município de vitória: um outro olhar”, no qual há uma proposta integrada da Educação Física.

A partir daí entender sua construção conhecendo alguns aspectos da Educação Física nesse espaço como a organização espacial, temporal e dos conteúdos, a concepção de E.F entendida nesse projeto, objetivos, metodologia entre outros. Pretendo analisar dentro de uma perspectiva histórica e cultural considerando as concepções e suas influências e mudanças.

Dentro desse estudo buscamos dados que possam auxiliar os próximos professores para a criação e formação de propostas pedagógicas para a educação infantil. E reforçar a importância dessa disciplina no primeiro nível da Educação básica.

Para isso pretendo me apropriar da pesquisa qualitativa e dentro dessa abordagem fazer um levantamento dos principais autores e dialogar com a presença da Educação Física na educação infantil.

De acordo com André, 1986, é cada vez mais evidente o interesse que os pesquisadores da área de educação vêm demonstrando pelo uso das metodologias qualitativas. Para Minayo, 1993, essa abordagem só pode ser aplicada em específicos e delimitáveis mais pelo seu grau de complexidade interna do que pela sua expressão quantitativa.

Esse estudo não pode ser uma mera repetição do que se observa durante a pesquisa, denominado por Bourdieu (1972) de “ilusão da transparência”, mas sim Segundo Granger (1982) citado por Minayo (1993), “um verdadeiro modelo qualitativo descreve, compreende e explica, trabalhando exatamente nesta ordem.”

De acordo com André, 1986, o estudo qualitativo enfatiza mais o processo do que o produto. Dentre as suas variações utilizei a análise documental que de acordo com

Ludke (1986) “[...] a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos[...]

Os documentos analisados fornecem importantes evidências que fundamentam as afirmações e declarações realizadas durante a pesquisa. Segundo Ludke (1986) representam uma “fonte ‘natural’ de informações” que nascem a partir de um determinado contexto e sobre ele fornecem informações. Mas destaca “que o pesquisador não se limite apenas a fazer descrições detalhadas daquilo que observa, mas procure registrar também as suas observações, sentimentos e especulações ao longo de todo o processo de coleta.”

Essa pesquisa foi dividida em três partes, a primeira discute a presença da Educação Física na educação infantil dentro de uma perspectiva histórica, das concepções e influências sofridas e exercidas de acordo com os diferentes autores da área; a segunda propõe destacar e aprofundar questões levantadas por Sayão (1996) em seu estudo sobre as diretrizes curriculares da rede municipal de Florianópolis; e na terceira enfatizo a pesquisa de Andrade Filho (2011) sobre a educação infantil na rede municipal de Vitória, que considero um contexto significativo e representativo da presença do profissional da Educação Física na Educação Infantil. Os autores utilizados foram escolhidos tendo em vista suas produções nos últimos anos e relevância para esse tema. Com esses autores pretendo apresentar a pesquisa em uma abordagem histórico-cultural problematizando abordagens fundamentadas na psicologia cognitiva e desenvolvimentista relacionando-a ao conhecimento e à presença do profissional da Educação Física na educação infantil.

2. Educação Física na educação Infantil: primeiras aproximações

É importante conhecer a Educação Física como uma prática pedagógica que "surge das necessidades sociais concretas que, identificadas em diferentes momentos históricos, dão origem a diferentes entendimentos do que dela conhecemos" (Soares et al, 1992:50)¹, por isso apresentarei sua emergência e as mudanças que ocorreram nas concepções de Educação Física ao longo dos anos.

De acordo com Sayão (1999) a Educação Física surge primeiro nas instituições privadas devido à "proliferação de 'escolinhas infantis' as quais se utilizaram de elementos como o ballet, jazz, inglês, artes marciais..." nas décadas de 70 e 80, abrindo, assim, um novo mercado de trabalho para os profissionais de Educação Física que tinham uma formação precária quanto a educação de zero a seis anos. As necessidades mercadológicas associadas às pressões feitas devido às comparações entre o ensino privado e público ajudaram a incorporar a Educação Física e a entrada de profissionais "especializados" na área da educação infantil no sistema educacional público.

Desde sua inserção na Educação Infantil a Educação Física sofreu influência por algumas correntes de pensamento sobre sua prática pedagógica. Dentre elas cabe destacar: Recreação, Psicomotricidade e Desenvolvimentista.

No início da década de 1970 sofreu grande influência da perspectiva da recreação, tomando a criança como centro do processo fazendo do professor apenas um observador. Essa abordagem levou a uma prática espontaneísta e que não necessitavam da presença do profissional. Sayão faz uma crítica a esse método dizendo que era desprovido de fundamentação teórica mais densa e que apenas apresentavam atividades dissociadas de objetivos para uma educação de qualidade e da realidade das crianças.

¹ *Apud* Sayão, 1996.

“Elas se apoiavam em um grande número de publicações que, desprovidas de uma fundamentação teórica mais densa, ofereciam, através de catálogos ou manuais, atividades isoladas sem relação com os objetivos mais amplos de uma política educacional de qualidade e, nem sempre, adequados às reais necessidades do mundo infantil.” (Sayão, 1996)

O “brincar pelo brincar”, se entendido como algo importante por si mesmo e não como mero suporte de outras aprendizagens, é importante na vida das crianças e que pode estar presentes em algumas aulas de Educação Física, mas não podemos deixar que isso se torne uma prática destituída de conhecimento e sentido. De acordo com Debortoli (2002) deixar que o brincar aconteça em sua plenitude de significados e vendo a criança como sujeito e autora da ação não quer dizer que não devemos interferir, problematizar e provocar conhecimentos importantes.

No projeto de Vitória dedica-se um capítulo apenas para o brincar e discute-se sobre a importância dessa prática que faz parte da realidade da criança que com ela se expressa. Para eles "Brincar é uma realidade cotidiana na vida das crianças, e para que elas brinquem é suficiente que não sejam impedidas de exercitar sua imaginação" (MEC, 1991, p. 86), ou seja, prevê nas instituições momentos para que as próprias crianças organizem suas práticas e expressem suas experiências e vivências dando sentido a elas. Mas isso requer problematização, para que não constitua uma prática destituída de relação com o projeto de formação e conhecimentos culturais.

Assim como a recreação a Psicomotricidade foi outra vertente que surgiu para tentar justificar e dar uma fundamentação a Educação Física na educação infantil. Que apareceu no Brasil, principalmente, de acordo com Sayão (1996), através do autor francês Le Boulche. Nessa perspectiva a infância é vista como uma fase de imaturidade e de passagem para a vida adulta, assim tendo que acumular o máximo de experiência para se tornar um adulto melhor. E a criança é vista como alguém que precisa ser preparada para a vida adulta. De acordo com Debortoli (2002) quando pensamos assim separamos a criança e o adulto em dois mundos diferentes e que vendo a criança como um ser imaturo e em um processo para a vida adulta podemos fazer dela o que quiser.

Essa abordagem teve grande influência no Brasil sendo incorporada até em documentos do MEC, Ministério da Educação, no livro “Legislação e Normas da Educação Pré-Escolar” de 1979, que a partir daí começou a formar não apenas profissionais de Educação Física, mas Psicomotricistas o que dava um status superior ao profissional. O que implica sobre a entrada do profissional no campo que de certa maneira causam uma competição com as professoras unidocentes por espaço e poder dentro desse campo de atuação.

“As crianças passam pela escola, mas não são por ela influenciadas, a não ser por uma parca alfabetização e algumas informações desconexas. Não raro, apresentam-se destituídas das noções de lateralidade, de alto e baixo, sem coordenação motora, sem vocabulário, sem comunicação e sem sociabilidade. Isto obriga que as escolas, quando bem orientadas, o que ocorre em proporção aquém do desejável, percam alguns meses, no início do ano letivo, na tentativa de compensar em parte essas carências, com a ministração de atividades preparatórias da alfabetização. É claro que o sucesso de tal procedimento deixa, via de regra, muito a desejar, dada a irreversibilidade de certas deficiências já instaladas na criança.” (MEC - LEGISLAÇÃO E NORMAS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – BRASÍLIA – 1979- pág. 25)

Além desses aspectos Sayão (1996) ressalta que não é à toa que essa teoria chega ao Brasil na mesma época que a Idéia de educação infantil como preparatória para o ensino fundamental devido ao pensamento de que a criança precisar ser preparada para a outra fase. Uma crítica a esse pensamento de criança universal feita por essa autora é que o movimento “serve de recurso pedagógico visando o sucesso da criança em outros campos do conhecimento.” Sendo assim vejo que é importante conhecer essa área, porém que “não sirva para limitar a criança em suas linguagens de movimento, nem sequer para antecipar diagnósticos preconceituosos” (Sayão, 2000).

No projeto de Vitória podemos ver uma tentativa de superação dessa visão, pois, de acordo com esse referencial as vivências das crianças “não ocorrem de maneira

natural, mas são influenciadas por trocas sociais e culturais, constituindo-se, assim, modos peculiares de aprendizagens. Apesar de o Projeto municipal enxergar a Educação Física em outra perspectiva percebe-se através de relatos, de professoras de sala, apresentados por Sayão (1996) e Andrade Filho (2011) que a visão que se tem nesse espaço ainda remate a questão motora.

A Desenvolvimentista vê o movimento como objeto de estudo e aplicação da Educação Física. De acordo com essa abordagem a Educação Física escolar precisa compreender aspectos do crescimento, do desenvolvimento e da aprendizagem motora.

Vejo essa abordagem como um referencial que precisa ser problematizado, pois de acordo com Bracht (1995) nessa abordagem “o corpo e o movimentar-se humano apresentam-se desculturalizados” e de acordo com Forquin (1993)², “A cultura é o conteúdo substancial da educação, sua fonte e sua justificação última.”

Então essa concepção leva em consideração o corpo e o movimento em apenas uma perspectiva e desconsidera outras que julgo importantes como a histórica e a social, assim não atingindo o objetivo da Educação Física escolar que de acordo com Betti, 2002, “deve formar um cidadão capaz de posicionar-se criticamente diante das novas formas da cultura corporal de movimento.”

Essas são abordagens que Influenciaram, e ainda influenciam, a Educação Física na Educação Infantil tanto na prática dos profissionais como na formulação de referenciais feitos pelos poderes públicos como o MEC.

Como desdobramento dessa história, adiante, pretendo dialogar com os autores identificando as tensões que ocorrem nesse campo e a visão que os outros profissionais têm a respeito da Educação Física para crianças de 0 a 6 anos.

De acordo com Andrade Filho(2011, p. 7), um dos problemas da Educação Física são a visão e a utilização no espaço escolar, que muitos vêm como uma disciplina que atende aos objetivos de outras, por exemplo, quando é utilizada para passar conhecimentos matemáticos ou da língua portuguesa; ou mesmo para resolver

² *Apud* Bracht, 1995.

problemas sociais como das drogas como se a Educação Física não tivesse um conhecimento específico a ser transmitido. E a partir disso perdemos o espaço e tempo direcionado para a nossa intervenção o que cria também uma falsa impressão de trabalho interdisciplinar. Por outro lado a luta para a inserção nesse campo pedagógico gera várias tensões, hierarquização e a fragmentação do conhecimento o que vai contra a noção de trabalho pedagógico coletivo e é um desrespeito a crianças e essa situação “desfavorece a todo o processo educacional e, evidentemente, não potencializa as contribuições e as interfaces dos diferentes campos de saberes dentro da escola.” (Andrade Filho, 2011, p. 7).

Ainda segundo Andrade Filho, 2011, outro problema é que as práticas do movimento corporal das crianças que precisam de intervenção são confundidas com os momentos livres, de recreação e do fazer pelo fazer. A meu ver nesse aspecto a Educação Física tem muito a contribuir com a formação das crianças, pois a cultura corporal de movimento é uma especificidade da nossa área. O espaço e tempo adequado ao movimento corporal das crianças dentro da instituição infantil garantem a construção “da autonomia e da identidade pessoal e social dos sujeitos”, ou seja, são nesses tempos e espaços que a criança se desenvolve como sujeito cultural e político.

Durante sua pesquisa Andrade Filho (2011) destaca três aspectos importantes para se pensar a educação infantil. O primeiro é a preocupação com a visão das professoras regentes quanto à legitimidade pedagógica da Educação Física na educação infantil, pois, para elas o movimento corporal não é exclusivo da Educação Física, mas que se sentiam inseguras ou pouco competentes para trabalhar esse tema. Isso ocorre devido à expectativa que se tem sobre essas professoras na educação infantil o que demonstra a necessidade de outros profissionais de diferentes áreas de conhecimento e também de acordo com Andrade Filho, 2011, uma abordagem “em acordo com as necessidades e interesses das crianças, considerando o seu ponto de vista”.

Ayoub, 2001, fala sobre a hierarquização dos profissionais que pode se dar “pelo nível de formação do(a) professor(a) (leigo, secundário e universitário) quanto com o nível de ensino no qual o(a) professor(a) atua (educação infantil, 1a. à 4a. série do ensino fundamental, 5a. à 8a. série do ensino fundamental e ensino médio)” e dentro

das creches e pré-escolas acontece também quanto a “especialidade” do profissional que de acordo com ela os profissionais de Educação Física e artes são tidos como menos importantes.

Ainda sobre as professoras de sala SAYÃO (1999, p.230), “a introdução da Educação Física despertou uma evidente disputa por espaço de trabalho e por status profissional entre a professora 'especializada' e a professora unidocente”. Então a o que para nós era um avanço para a professora regente era uma disputa de espaço de trabalho e de poder. Segundo KRAMER (1989, p.73) apud SAYÃO (Ibid.), afirma que “as atividades de artes, música e Educação Física são parte integrante do currículo não se justificando a presença de 'especialistas' o que frequentemente acaba por fragmentar o trabalho pedagógico”. No entanto tendo como base os relatos acima citados das professoras regentes vejo que a introdução de “especialistas” é importante para a formação das crianças, porém concordo com Kramer se não houver a integração entre os profissionais da educação infantil.

O segundo é quanto à referência para orientar seu trabalho pedagógico na educação infantil que pelo discurso acadêmico deveria seguir a abordagem crítico-superadora que surgiu como salvador da legitimidade da Educação Física na escola em um livro, “Coletivo de autores”, escrito por professores respeitados em nossa área, a crítica é quanto ao uso, somente, dessa abordagem para a educação infantil sendo que ela surgiu quando a educação infantil ainda não existia como parte da Educação básica assim não levando em consideração que as crianças são “sujeitos que possuem características e necessidades que são singulares quando comparadas com outras categorias etárias.”(Sayão, 2000). Ou seja, sem compreender a educação infantil como um espaço que precisa de práticas pedagógicas específicas de acordo com as características que apresenta.

A terceira é uma conseqüência da segunda que é quanto à necessidade de pesquisas empíricas para a Educação Física na educação infantil. Pois “É preciso examinar atentamente o que fundamenta cada disciplina curricular e o porquê de sua existência: e preciso captar o que a definiu como tal, a que necessidade pedagógica veio atender” (Soares, 1990:53) para que a partir daí possa se formar uma abordagem inovadora e condizente com as características e singularidades desse nível de ensino. Nessa abordagem é preciso deixar claro “Qual o papel da

Educação Física naquela unidade? Qual a concepção de infância que a instituição assume e que será incorporada pelas ações na Educação Física? Qual o papel do professor de Educação Física? Como a unidade irá organizar o trabalho pedagógico entre os/as diferentes profissionais?”, (Sayão, 2000), para acabar com as diferentes formas de referenciar as ações docentes e com as dicotomias apresentadas por Sayão, 1999, (dicotomia corpo/mente, sala/pátio e teoria/prática).

Quanto à dicotomia corpo/mente a proposição de Bracht, problematizando a cultura corporal de movimento, é que a educação física trabalha “nem movimento sem pensamento, nem movimento e pensamento, e, sim, movimentopensamento (Bracht, 1995).

A respeito da dicotomia sala/pátio Sayão fala sobre uma disciplina sem tempo e espaço pré-definidos assim não havendo um espaço específico para cada docência, mas sim se apropriando da escola e de todo seu espaço para a prática docente. E de acordo com o a prefeitura de Vitória/ES “É romper com a individualização dos lugares ocupados (minha sala, minha aula...)” fazendo com que os profissionais ali presentes sejam responsáveis pela Educação Infantil dando sentido e significado a sua prática e aos espaços da instituição.

Sobre a dicotomia teoria/prática não acredito em uma prática sem teoria, pois de acordo com Debortoli, as crianças, no brincar, “constroem conhecimentos e vivem relações sociais específicas, repletas de valores e significados.” Ainda dialogando com esse autor é nosso papel e responsabilidade apresentar esse conhecimento e que como o nosso envolvimento e intervenção ajudamos às crianças a organizar suas vivências e reelaborar valores. Então o brincar é uma prática corporal repleta de conhecimento por ser uma construção histórica e cultural assim estando presente a prática e a teoria indo de encontro com os três princípios para se pensar o brincar de Debortoli.

“Proponho pensar o brincar a partir de três princípios: o brincar como conhecimento, patrimônio cultural da humanidade; o brincar como linguagem, fonte e processo de significação do mundo; e o brincar como

processo de humanização ética e estética.” (Debortoli, J. A. O. – As crianças e a brincadeira).

De acordo com Ayoub, 2001, essas tensões aliadas a falta de uma proposta de formação profissional qualificada para atuar com crianças de 0 a 6 anos “trazem conseqüências extremamente negativas para o desenvolvimento do trabalho educativo em creches e pré-escolas.” Ainda fala que essa falta de qualificação é devido ao governo brasileiro não reconhecer a educação infantil com o profissionalismo que merece. Mostrando uma visão de senso comum do poder público.

“O imaginário popular e até dos meios oficiais pouco afeitos às reflexões sobre a criança e a educação infantil referendam, ainda, a perspectiva romântica do século passado, de que para atuar com crianças de 0 a 6 anos basta ser ‘mocinha, bonita, alegre e que goste de crianças’ ” (Kishimoto, 1999, p.74,apud Ayoub, 2001)

3. Os estudos de Deborah Sayão e sua influência para pensar a EI na EF Brasileira.

Sayão, 1997, propõe compreender e analisar a gênese, desenvolvimento e funcionamento da Educação Física na rede municipal de Florianópolis entre os anos de 1982 e 1995.

De acordo com Andrade Filho, 2011, ela se apropria do “campo da História das Disciplinas Escolares, porque, conforme suas leituras do assunto, essa abordagem de pesquisa tem como objetivo explicar as transformações que ocorrem em uma disciplina ao longo do tempo...”

Em sua pesquisa levanta importantes pontos de distanciamento e interseção da Educação Física e a educação infantil. Lembra de duas vertentes que permearam a prática pedagógica dessa disciplina com crianças de 0 a 6 anos, uma prática espontaneísta que deixava brincadeiras livres e outra preparatória para o ensino fundamental montada na forma de disciplinas curriculares exigindo a presença do profissional “especializado”, porém afirma ser uma forma fragmentária do conhecimento.

Faz uma crítica também à formação dos profissionais de Educação Física devido à tendência esportivizante dos cursos de graduação o que faz com que os professores de creches e pré-escolas não se apropriem de outras como a do movimento humano em uma perspectiva histórica e cultural.

“Uma das tendências críticas que vem empenhando esforços no sentido de aprofundar a discussão a respeito do objeto de estudo e trabalho da Educação Física na escola, é aquela que concebe o movimento humano como elemento da cultura e que tematiza diferentes formas por ele apropriadas histórica e culturalmente. Esta tendência não se constitui, atualmente, na concepção hegemônica desta prática escolar e acredita-se que ainda não tenha sido apropriada por grande parte dos profissionais que atuam em creches e Pré-Escolas. Isto porque a tendência esportivizante, ou

seja, aquela que tem no esporte de competição o fim último da Educação Física, ainda é dominante nos cursos de formação de profissionais desse campo. Estas tendências, já bastante estudadas pela literatura da área, vão pouco a pouco, descortinando os papéis que a Educação Física desenhava para si como prática social” (SAYÃO, 1996, p. 25-26).

Sayão ressalta os conflitos entre as professoras de sala e a de Educação Física, “especializada”, decorrente das funções que ocupavam dentro das instituições. Devido à influência do modelo esportivo as professoras de Educação Física passavam muito tempo na preparação de eventos ou festivais o que incomodava as professoras de sala, pois questionavam esse profissional quanto à sua responsabilidade com a alfabetização das crianças. De acordo com Sayão isso se dava devido ao caráter competitivo dos festivais.

Como o evento municipal primava pela competição, a coordenação de Educação Física passou a orientar, tanto suas professoras, como as de sala que observassem, atentamente, durante as aulas aqueles/as alunos/as que se destacavam pela graça, habilidade, coordenação e ritmo para receberem papéis de destaque durante os espetáculos. Registro aqui um dos fins da Educação Física já apontado em sua história: “Destaquem-se os mais fortes, os mais ágeis, os mais habilidosos...” – Citius, Altius, Fortius (SAYÃO, 1996, p. 52).

Como consequência dessas tensões a presença da Educação Física e do trabalho do seu professor na Pré-Escola da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis foi tomada como fonte de conflito. Para Andrade Filho, 2011, os principais motivos desse conflito foi a perda de autonomia da professora de sala e o desvio da função do professor de Educação Física.

De acordo com Sayão (1996) os festivais agradavam um bom número de profissionais que viam esses eventos como forma de aparecer e apresentar o que fizeram ao longo do ano. Mas gerava comentários como cita Sayão (1996), “A

melhor coisa do mundo é ser professor de Educação Física, ou ensaia ou não faz nada.” Devido a função que os professores de Educação Física exerciam dentro desse espaço, que era “ensaiair os números para as apresentações.”(Sayão, 1996)

Devido a essa situação a Educação Física incomodava as diretoras e professoras unidocentes o que acarretou a mudança de Educação Física para “Recreação”. O que, de acordo com Sayão, se dá pela indefinição do conteúdo e método de trabalho assim não caracterizando suas atividades como específicas, o que faz com que seja denominada, “de acordo com o ‘clima político-pedagógico’, como Educação Física ou por qualquer outro nome que” (SAYÃO, 1996, p. 59).

Para tentar resolver as tensões uma nova gestão foi eleita no município de Florianópolis. Uma gestão democrática que tornou a equipe da Divisão Pré-Escolar multidisciplinar, assim incluído o profissional de Educação Física que continuava legitimado nesse espaço devido seu vínculo com a instituição esportiva. Que lhe deu suporte político para ser institucionalizada dentro da educação infantil sendo assim incluída em concursos públicos. O que foi um avanço, porém “como as vagas estavam à disposição e os profissionais também, era necessário contratá-los, mantendo-se a idéia que produz a gênese da disciplina/atividade na educação das crianças de zero a seis anos” (SAYÃO, 1996, p. 88).

A partir daí Sayão constatou que os profissionais de Educação Física presentes na Educação Infantil precisavam superar os “constrangimentos teórico-metodológicos e político-pedagógicos para poderem promover a contribuição específica da Educação Física”

Para isso em sua pesquisa Sayão junta conhecimento de áreas distintas, “postulados teórico metodológicos da teoria da legitimação, propostos por Bracht (1992 e pelo Coletivo de Autores (1992), (...) postulados teóricos da Sociologia do Currículo, particularmente do campo da História das Disciplinas Escolares” (Andrade Filho, 2011). Mas não em separados, e sim, articulando esses conhecimentos para servir como referencial teórico para a experiência da Educação Física na educação infantil.

Pois, assim, além de conhecer os fatores históricos que permeiam a Educação Física nesse campo e superar a perspectiva, “psicomotricista-recreativodesenvolvimentista motora”, que tradicionalmente norteava essa disciplina em Florianópolis quis propor uma nova abordagem que norteasse a prática pedagógica.

Nessa nova abordagem dentro da perspectiva crítico-superadora, e, com ela, teve o “entendimento de que as brincadeiras infantis constituem patrimônio da cultura corporal da humanidade e, também, que a criança precisa ser vista como sujeito histórico social” (Andrade Filho, 2011), o que vai de acordo com o que, mais tarde, Debortoli (2002) diz sobre a brincadeira e a criança citado no capítulo anterior. Essa concepção da pesquisadora rompe com a concepção da educação infantil como preparatória para o primeiro ano do ensino fundamental propondo reconhecer outras formas de expressão da criança que vejo hoje como a linguagem corporal que através das brincadeiras pode ser percebida facilmente.

Tendo em vista a crítica de Andrade Filho, 2011, quanto ao referencial legitimador conhecido como Coletivo de autores, que foi feito em uma época na qual a educação infantil não fazia parte da educação básica faltava preencher essa lacuna em “relação à orientação de uma perspectiva teórico-metodológica da Educação Física para a Educação Infantil, pela via do discurso legitimador da área.” (Andrade Filho, 2011)

Para isso foi criado o Grupo de Trabalho Ampliado, do qual Sayão era integrante articuladora, que decorreu do processo de reconhecimento da instalação da reorientação curricular local. O que só foi possível porque a Prefeitura Municipal de Florianópolis, ciente do debate sobre a educação infantil, assumiu a responsabilidade de oferecer uma educação infantil de qualidade para a população fazendo assim uma parceria com a Universidade Federal de Florianópolis.

Essa parceria resultou nas “Diretrizes Curriculares Municipais, que, do ponto de vista curricular prescritivo, veio preencher a referida lacuna deixada, até então, pelo discurso legitimador em relação à Educação Infantil.”

A meu ver esse é um exemplo muito interessante a ser seguido, uma parceria entre universidade, local de formação, e município, local de atuação. Assim aliando a tematização da educação infantil dentro do centro de formação de profissionais com a prática, as instituições onde poderão atuar. Tendo assim o que Andrade Filho (2011) chama de *prácticateoriaprática*.

A prática, para nós, é critério de verdade: é ela que convalida e teoria. Assim, partimos da prática, vamos à teoria a fim de a compreendermos e à prática retornamos com a teoria ressignificada, atualizada, recriada, dela nos valendo para melhor interferirmos na prática. Círculo dialético – prática-teoria-prática, como sabe quem tem familiaridade com o marxismo (GARCIA, 2003, p. 12)³.

Essa situação auxilia para qualificar a formação do profissional de Educação Física e conseqüentemente a prática pedagógica desse profissional na educação da criança pequena. Assim levando, realmente, em consideração a criança como ator social e respeitando a infância como uma fase singular, pois, a partir desse processo, acredito, que conseguiremos fornecer uma educação com cuidado de qualidade às crianças de 0 a 6 anos e preparados para realizar um trabalho em parceria, como lembra Ayoub, 2001, não somente com os profissionais mas também com as crianças.

Sayão juntamente com o Grupo de Estudos Ampliado de Educação Física (GEAEF) fornecem uma nova teoria e um objeto de intervenção para justificar e pensar a Educação Física com as crianças pequenas. Apresentam a teoria sócio-histórica que pensa essa área do conhecimento como importante para a compreensão de mundo das crianças.

Tendo essa visão entendem o movimento como ação pedagógica, porém, não é qualquer movimento e sim os que auxiliam na “leitura do mundo”, mas para isso é preciso considerar “a forma que ele assume para a criança, vindo ao encontro de

³ *Apud* Andrade Filho, 2011 pág. 9

seu interesse e necessidade”⁴ e essa forma de expressar para as crianças pequenas se manifesta nas brincadeiras.

Sayão (1996) ressalta a partir daí, que é importante o professor pensar e organizar situações de movimento nessa perspectiva do brincar lembrando que quando o adulto se envolve ele auxilia a criança a organizar experiências e reelaborar valores (Debortoli, 2002)

“O professor, através do seu projeto pedagógico, deve organizar situações em que o movimento possa aparecer nessa perspectiva, auxiliando a criança a ultrapassar sua visão desestruturada e descontínua do mundo, propiciando-lhe a oportunidade de fazer relações e sistematizar os dados da realidade ao mesmo tempo em que lida com suas próprias motivações e necessidades.” (GEAEF, 1996)

Ainda sobre o professor Sayão (1996) destaca que “durante muito tempo na vida da criança pequena, são as pessoas que lhe despertarão interesse, muito mais do que os objetos.” O que entende a prática e a interação das criança com objetos como relações sociais e que o movimento é que atribuirá a ele sua função. Fazendo com que o professor pense na prática com objetos não apenas pela característica física, mas também pela “qualidade dos movimentos que eles podem propiciar [...] auxiliando-a na sua tarefa de constituir-se e de constituir o mundo.”

No trabalho do GEAEF (1996) é interessante perceber que conseguem fazer uma progressão do conhecimento para a Educação Infantil para além do fator do desenvolvimento motor. Fazem essa progressão levando em conta as relações que a criança tem com os jogos e brincadeiras e também que estabelecem entre elas.

Sayão leva a concepção de criança como atora social, prevista na lei, para o projeto de Florianópolis e a partir disso lembra que para a elaboração do planejamento dos conteúdos, não só por parte da Educação Física, mas dentro de um trabalho de

⁴ Apud Grupo de Estudos Ampliado de Educação Física, 1996

parceria entre os profissionais da Educação Infantil, deve-se considerar situações que a criança está vivendo.

“Na Educação Física, a cultura corporal/de movimento traz no seu campo-objeto de conhecimento, manifestações corporais já presentes na vida das crianças, que deverão ser tematizadas com elas, não só na aula dessa disciplina, como também em outros momentos, atendendo assim, a perspectiva de articulação a ser desenvolvida pela equipe pedagógica.”
(GEAEF, 1996)

Sayão consegue aliar os estudos sobre a criança pequena por diferentes correntes do conhecimento com estudos empíricos e com a teoria de legitimação da Educação Física. Essa autora considerada por muitos a mais importante nessa área contribuiu significativamente com produções teóricas dando subsídios para que outros possam refletir sobre a prática pedagógica da Educação Física na Educação Infantil e, como ela mesma destaca, que possam buscar mais elementos para superar essa teoria.

4. Educação Física na Educação Infantil na rede municipal de Vitória

Nesse último item pretendo apresentar a Educação Física na Educação Infantil dentro da rede municipal de Vitória, tendo como base as questões apresentadas na introdução, desenvolvidas por Sayão, 2000, em *Infância, Educação Física e Educação Infantil*.

A primeira pergunta que irei dialogar é quanto ao entendimento de criança apresentado. É importante definir e apresentar a concepção de infância, pois de acordo com Machado (1993), citado por Sayão (1996), “que a visão de educação pode assumir diferentes conotações, dependendo da concepção de infância presente nos adultos responsáveis.”, e de acordo com o PPP, CMEI ZVA, 2007, p. 8, citado por Andrade Filho (2011) foi importante essa definição para que todos envolvidos nesse processo, inclusive os que não possuem formação pedagógica, pudessem “compreender suas próprias e as diferentes concepções sobre o tema, enquanto constructo da experiência social e historicamente acumulada pela sociedade”.

A educação infantil já foi vista como lugar de guarda das crianças, assistencialista, ou seja, tinham o objetivo apenas de cuidar. A criação das creches e pré-escolas se deu primeiramente com esse caráter devido, principalmente, às mulheres que tinham que sair de casa para trabalhar e seus filhos precisavam de um lugar para serem cuidados.

Também vista como preparatório para o primeiro ano do ensino fundamental. Devido aos pensamentos da época que influenciaram na compreensão de crianças e infância e conseqüentemente a função da Educação Infantil.

Como exemplo dessa mudança indico a leitura do capítulo - *4.2 A História do CMEI: escritos, narrativas orais, fotografias. p.169* - da tese de Andrade filho, 2011 que conta a história e as mudanças que ocorreram no Centro Municipal de Educação Infantil Zélia Vianna de Aguiar, CEMI ZVA.

De acordo com Sayão, 1996, o movimento feminino, devido ao rearranjo do mercado de trabalho imposto pelo capitalismo fez com que elas exigissem um local para que seus filhos pudessem além de serem cuidados pudessem ser educados, assim, influenciando na criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.

A importância da LDB, 1988, é que a partir do momento que passou a ver a Educação Infantil como dever do Estado e a criança como sujeito de direitos, como norteadora principal da educação, influenciou nos projetos e concepções dos municípios e instituições de educação para crianças de 0 a 6 anos.

A partir da LDB a prefeitura de Vitória descreve em seu projeto a concepção de criança como sujeito de direitos o que implica em uma educação infantil de qualidade que, por consequência, estabelecem compromissos públicos para garantir seus direitos.

Com isso o projeto indica que os Projetos Politico-Pedagógicos das instituições de educação infantil não mais serão pensados apenas para as crianças, mas com e a partir delas. Com isso a infância não será “vista como uma fase de vida, natural e universal e as crianças como entidades bio-psicológicas, objetos passivos de socialização numa ordem social adulta”, (Ferreira, 2002), assim deverão considerar as experiências vividas e o contexto sócio-cultural das crianças fazendo a junção e dando sentido/significado para os “conhecimentos culturais/vivenciais das crianças e os conhecimentos 'escolares’”. Kramer (1993b)

Tendo essa visão de infância e de criança a instituição passa a ter o dever com o cuidar e também com o educar.

“A concepção do “cuidado e educação” faz sentido por entender que é preciso cuidar das crianças que ainda são dependentes do adulto no que diz respeito a cuidados básicos(...). É preciso, também, “educar” essas crianças porque são cidadãs e não podem ser privadas do direito inquestionável de terem acesso ao conhecimento, socialmente produzido e expresso pela cultura.” Sayão(1996)

Dentro desse pensamento a prefeitura de Vitória desenvolve um capítulo destinado a compreensão de cuidar e educar que se faz importante para compreendermos como essa concepção de criança se articula com os fazeres das instituições, já que, de acordo com Andrade Filho (2011) “os conteúdos educativos estão vinculados ao trabalho de cuidar e educar”. Segundo o PPP para o acesso a diferentes conhecimentos a noção de cuidar e educar é muito importante, pois, geram curiosidade nas crianças, “um sentimento de conquista ao enfrentar novas situações, estímulo à exploração de novos ambientes como a sala de aula, o refeitório, o banheiro, o pátio, a biblioteca etc.”

Mas é importante ressaltar que esse não é um papel apenas da instituição de Educação infantil, mas sim uma ação conjunta com a família e a comunidade.

“A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (LDB/96, Seção II, Art. 29)

No projeto da prefeitura de vitória fica claro que a instituição é um local de acolhimento e trabalho coletivo e que cada trabalho tem valor pensado em diferentes fazeres do cotidiano, então, cada profissional deve pensar sua prática inserida em um projeto maior se relacionando com outros fazeres e assim evitando o pensamento egoísta e hierárquico entre os saberes.

“Um outro aspecto a considerar é o reconhecimento da instituição como um espaço permanente de acolhimento e de trabalho coletivo, no qual cada trabalho realizado tem valor quando pensado na sua relação com os diferentes fazeres cotidianos (cozinhar, limpar, dar aula, planejar, administrar, secretariar etc.). Neste caso, o outro como sujeito de direitos é reconhecido não a partir de uma visão individualista e egoísta, cuja importância depende do status que ocupa na hierarquia do trabalho, mas no sentido e significado que dá aos seus fazeres em função do bem-comum e

*da promoção de um projeto político-pedagógico destinado a todos.”
(PREFEITURA DE VITÓRIA, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GERÊNCIA
DE EDUCAÇÃO INFANTIL - A EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE
VITÓRIA: um outro olhar)*

Sobre esse trabalho coletivo Ayoub, 2001, assume que existem sérios riscos de fragmentação do conhecimento e hierarquização profissional, porém acredita em um trabalho em parceria, não somente entre os profissionais, mas também entre comunidade e pais, assim constituindo um espaço aberto às diferentes formas do conhecimento, porém ressalta que o excesso de mudanças de professores e atividades pode gerar a fragmentação. Por isso é importante entender a singularidade das crianças de 0 a 6 anos para poder ter uma prática pedagógica em parceria “para a construção de projetos educativos com as crianças.” (Ayoub, 2001)

Analisando o capítulo referente à Educação Física do projeto do município de Vitória podemos ver claramente que a visão de criança como sujeito histórico e cultural influencia para que além da perspectiva da psicomotricidade e da desenvolvimentista sejam acrescentadas outras como a histórica, social e cultural, assim, dando sentido e significado para o conhecimento da Educação Física que é passado e construído com e pelas crianças.

Outro aspecto interessante do projeto é quanto à presença da Educação Física nas instituições de Educação Infantil que não deve estar presente simplesmente por obrigatoriedade de lei, mas sim devido relevância de seu conhecimento para a formação integral das crianças.

“A inclusão da Educação Física como componente curricular da educação básica integrada à proposta pedagógica (LDB/96), não deve ser compreendida como um apêndice ou uma realidade estranha às diferentes práticas educativas dos CMEIs. A identidade da Educação Física precisa se afirmar como uma prática cultural portadora de conhecimentos que só têm sentido quando articulada a outros saberes e outros fazeres presentes no contexto da Educação Infantil.” (Prefeitura Municipal de Vitória - Educação Infantil: um outro olhar – Educação Física pág. 8)

Com isso o município está reconhecendo que para essa disciplina estar presente na lei ela se fez importante e relevante para a Educação Infantil, tendo assim, um conhecimento específico a ser passado que auxiliará na formação integral dos sujeitos. Podemos ver que a lei influencia na prática das instituições mas antes disso as abordagens e os referenciais teóricos produzidos influenciam na (re)formulação das leis que regem e norteiam o campo de trabalho.

A Educação Física se fez presente na Educação Infantil de Vitória após um grande processo de luta e estudos para legitimar sua presença pelo seu conhecimento. Essa área se fez presente em 1992 sendo ofertada apenas nas pré-escolas (crianças de 3 a 6 anos). Porém em 1997 a Secretaria Municipal de Educação remanejou os professores efetivados para o ensino fundamental.

Apenas no segundo semestre de 2004 através de um Projeto Piloto que surgiu pelas repercussões da retirada da Educação Física da Educação Infantil.

“O projeto piloto tinha como objetivo geral a inclusão da Educação Física e Artes Visuais como componente curricular no interior dos CMEIs. Inicialmente, ele contou com a contratação temporária de professores formados nestas áreas de conhecimento para atuarem em dez CMEIs da rede municipal de Vitória.” (MARCHIORI, A. F.; RODRIGUES, F. F. R. e OLIVEIRA, R. C., 2009 pág. 55)

Devido ao sucesso desse projeto a prefeitura realiza concursos para a efetivação, cadastro de reserva ou temporário dos profissionais de Educação Física e Artes.

Apesar de, nesse município, estar presente e enxergar a sua relevância a Educação Física ainda não está firmada como gostaria. Essa área de conhecimento se encontra na mesma situação de outra professora especializada, a de Artes. E são vistas como similares pelo trato com a cultura corporal de movimento, mas cada uma tem sua especificidade.

“Embora artes e Educação Física se diferencie em função de suas especificidades, sua congruência está no fato de que tanto uma quanto outra são expressão da cultura corporal de movimentos, pois é a partir do corpo que é possível a sensibilização do olhar, a visibilidade da expressão, da criação e da comunicação, da afirmação da linguagem como produção cultural, da manifestação das emoções e sentimentos etc.” (Prefeitura Municipal de Vitória - Educação Infantil: um outro olhar – Artes e Educação Física pág. 8)

De acordo com a leitura da tese de Andrade Filho, 2011, as aulas dessas áreas do conhecimento aparecem para cobrirem planejamento da professoras de sala, enquanto as professoras regentes se reúnem com as pedagogas para delinear suas ações pedagógicas.

Segundo Andrade Filho, 2011, a equipe gestora e a pedagógica, formada pelas professoras de sala, estabeleceram que as professoras unidocentes precisavam de mais tempo para “refletir e organizar as ações que caracterizariam o processo de ensino e aprendizagem das crianças.” Mas essa medida causou a insatisfação das professoras de Artes e Educação Física, pois esses momentos de planejamento aconteciam três vezes por semana, com tempo de 50 minutos, nos momentos de atuação dos profissionais especializados.

Essa situação, a meu ver, impede o trabalho em parceria que de acordo com Ayoub, 2001, “pode colaborar muito positivamente na educação das crianças” além de proporcionar um ambiente de confiança, não hierarquizadas, entre diferentes áreas do conhecimento que atuam na Educação Infantil.

Se quisermos oferecer uma educação de qualidade na qual haja espaço para “a vivência das múltiplas linguagens produzidas pela humanidade, não podemos nos submeter a ocupar espaços que se configuram como simples preenchimento de tempo...” (Grupo de Estudos Ampliado de Educação Física (1996, p.49) ⁵

⁵ *Apud* Ayoub, 2001.

Apesar dessa situação a Educação Física se faz presente nesse contexto devido seu trato com a cultura corporal de movimento. O profissional dessa área tem importância por proporcionar às crianças experiências de movimento corporal.

A linguagem corporal como especificidade da Educação Física é entendida pelo Projeto de Vitória como “forma particular de ser e estar no mundo, de demonstrar sentimentos, curiosidades, necessidade de investigação e novas descobertas.” E Andrade Filho, 2011, relaciona essas experiências como uma forma de socialização e expressão da criança.

“as experiências de movimento das crianças são uma chave de socialização e produção de conhecimento dos sujeitos infantis, dos seus mundos de vida, das suas culturas de pares, que as constituem como categoria social estrutural e geracional, pelo seu próprio ponto de vista.” (Andrade Filho, 2011)

Daí a importância da Educação Física que através do movimentar-se e do brincar auxilie na alfabetização das múltiplas linguagens do mundo e da sua cultura. De acordo com Ayoub, 2001, “A Educação Física na educação infantil pode configurar-se como um espaço em que a criança brinque com a linguagem corporal, com o corpo, com o movimento, alfabetizando-se nessa linguagem.”

Apesar dessa importância da Educação Física e do movimentar Andrade Filho, 2011, ressalta que em suas observações que as experiências corporais das crianças não acontecem da forma que gostariam.

“A observação em contexto nos permitiu compreender que as experiências de movimento corporal das crianças tendem a ser sistematicamente interditadas pela cultura institucional; que as crianças na educação infantil não têm direito a movimentar a si e ao seu mundo como precisam e gostariam de fazê-lo; que o sentido interpretativo desenvolvimentista (histórico) corrente na educação infantil indica que quando a criança move a

si e ao seu mundo provoca um forte conflito entre sua perspectiva cultural ética estética e a ordem cultural estética ética institucional.” (Andrade Filho, 2011)

A presença do profissional de Educação Física, como pudemos perceber, causa uma crise nas instituições infantis, entendendo crise como um momento de mudanças que podem ser para melhor ou pior e não como ruptura ou separação.

Esse profissional causa uma disputa pelo mercado de trabalho que antes era ocupado, apenas, pelas professoras de sala. Que criam situações de hierarquizações dos saberes, vendo a sala como local da mente e o pátio, local da Educação Física, como lugar do corpo de uma prática sem saberes. O que, a meu ver, em lugares onde o profissional é respeitado como detentor de conhecimento, como no caso de Vitória, isso está sendo superado.

A inserção desse profissional veio para “contribuir decisivamente para enraizar a linguagem corporal, como conhecimento e componente curricular na práxis pedagógica na Educação Infantil.” (Andrade Filho, 2011)

A presença da Educação Física na rede municipal de Vitória contribui para qualificar as experiências de movimento corporal das crianças, pois com a presença desse profissional “especializado” acabou, ou pelo menos diminuiu, a prática espontaneísta por parte das profissionais não qualificadas para o trato com a cultura corporal de movimento das crianças, ou seja, qualifica o conhecimento a ser transmitido e dando mais subsídios para que a criança, através das práticas corporais, valores e conceitos apresentados, possam qualificar também sua linguagem corporal, fonte e processo de significação do mundo.

5-CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Infantil com o objetivo de cuidar e educar tendo a criança como sujeito de direitos é recente e a inclusão da Educação Física nesse campo de trabalho é ainda mais recente. Através dessa pesquisa pude ver que é uma entrada cheia de tensões, pois antes, era o espaço apenas de um profissional qualificado, a professora de sala ou unidocente.

Com a inclusão do profissional “especializado” gera uma competição por espaço e hierarquia de saberes dentro da Educação Infantil. O que não é interessante, pois, os maiores prejudicados serão as crianças que são os atores sociais mais importantes nesse processo de ensino-aprendizagem.

É preciso que os profissionais saibam trabalhar coletivamente para evitar a fragmentação do conhecimento o que exige o reconhecimento dos profissionais como sujeitos de "interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas" (Telles, 1999) ⁶.

Vejo que é importante definir e conceituar a infância, pois é a partir dela que se tem o entendimento de criança e são esses conceitos que conduzem a formulação do projeto político-pedagógico e as disciplinas a serem oferecidas no âmbito escolar.

Para definir esses conceitos é importante conhecer historicamente as mudanças e influências sofridas. Vendo os referenciais aqui pesquisados vejo um esforço em caracterizar a infância para além de uma fase transitória para a fase adulta e a criança como atora social, como detentora de história, competências e conhecimento que sofre cultura. O que é importante para a superação da Educação Infantil como lugar de guardar, proteger e dar assistência às crianças de 0 a 6 anos.

De acordo com Oliveira (2001) ainda não existe uma teoria da Educação Física que esteja articulada com os princípios da Educação Infantil, pois apenas recente a

⁶ *apud* Prefeitura de Vitória-ES: A educação infantil do município de Vitória: Um outro olhar, 2006.

preocupação com as crianças. Porém os estudos nessa área vêm crescendo nos últimos anos tendo como base as produções acerca desse tema no Combrace.

Sua recente inclusão na educação de crianças de 0 a 6 anos implica em poucos estudos sobre o tema. Então para que ela se legitime dentro desse espaço é preciso mais estudos que procurem novas abordagens, levando em conta o que já foi produzido, que consigam enxergar novas perspectivas como a social, histórica e cultural dialogando com as particularidades das crianças até 6 anos. Assim, dando sentido/significado ao conhecimento da Educação Física nesse nível da educação básica.

É importante que mais pesquisas sejam feitas para que não nos façamos presentes apenas pela obrigatoriedade da lei, mas pela nossa importância dentro da formação integral dos alunos. Para que isso seja possível é importante também que se preocupe com a formação de um profissional qualificado para trabalhar nesse nível de ensino e romper com “Práticas orientadas pelo senso comum nos cursos de formação de professores” (Oliveira, 2001) e também com a concepção de que para trabalhar com crianças “basta ser mulher, delicada e gostar de criança” (Ayoub, 2001) como mostram os estudos. Então é necessário que o currículo de Educação Física se preocupe com as singularidades das crianças de 0 a 6 e da Educação Infantil.

A formação de profissionais qualificados para atuarem nesse campo irá influenciar diretamente a prática pedagógica e com certeza a visão de outros profissionais a respeito de nosso conhecimento a ser transmitido.

Relacionando os projetos da prefeitura de Vitória e de Belo Horizonte (Pbh) para a Educação Infantil vejo um avanço do primeiro em relação ao segundo. Os dois têm a preocupação em falar sobre o cuidar e educar e de falar da criança como sujeito de direitos, porém no de Vitória consigo ver claramente a entrada dos profissionais “especializados” e da definição do papel de cada um já no de Belo Horizonte não se vê, no meu entendimento, esse avanço.

No projeto realizado pela Pbh se fala sobre as múltiplas linguagens entre elas a corporal e dentro dessa definição pude constatar, ainda, grande influência das

abordagens psicomotora e desenvolvimentista, que como já apresentei, vejo como importantes, porém incompletas.

O que me chamou atenção foi com relação ao sub-capítulo - A criança e o Adulto: corpos distantes – presente na página 67 que fala de “corpos que ensinam (os professores) e corpos que aprendem (as crianças)” o que remete a uma visão ultrapassada de criança vista como uma “tabula rasa que nós precisamos preencher” (Debortoli, 2002).

Vendo essa relação noto que já avançamos em alguns aspectos, mas muito ainda nos falta para legitimar e fazer que a presença do profissional de Educação Física seja reconhecida como área de conhecimento a ser transmitido. Para isso é importante mais pesquisas para poder influenciar o poder público e assim conseqüentemente influenciar as práticas pedagógicas que terão significado para as instituições e, principalmente, para as crianças.

A partir desse estudo outros trabalhos podem surgir a respeito da educação infantil. Entendendo que são necessárias mais pesquisas empíricas sobre esse assunto, é necessário estudos que aliem a observação de municípios como o de Florianópolis, Vitória, Uberlândia entre outras cidades que possuem a Educação Física em seus projetos com a produção teórica sobre o assunto para poder auxiliar em outros que venham para tentar legitimar nosso conhecimento em municípios que ainda não apresentam um projeto com a inserção dessa área do conhecimento.

6- REFERÊNCIAS

AYOUB, E. **Reflexões sobre a Educação Física na educação infantil**. Revista Paulista de Educação Física. São Paulo, supl.4, p.53-60, 2001

ANDRADE FILHO, N. F. **Experiências de movimento corporal de crianças no cotidiano da Educação Infantil**. Campinas, SP: [s.n.], 2011. 255 f. Tese (doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

BRACHT, V. – **Educação Física: Conhecimento e Especificidade** - In. Revista Paulista de Educação Física. São Paulo, supl.2, p. 23 – 28. 1996.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília/DF. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília/DF: Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CARVALHO, A. C. A. **Educação Física na educação infantil: produções apresentadas no conbrace (1997 a 2007)**. 2009. 42 f. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

DEBORTOLI, J. A. O. - "**As crianças e a brincadeira**" in: CARVALHO, A. et alii. Desenvolvimento e Aprendizagem. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

FARIA, E. R.; REZENDE, L.; PALAFOX, G. H. M. e PETRONZIO, C. M. C. - **Proposta político pedagógica para Educação Física infantil no contexto do planejamento coletivo de trabalho pedagógico de Uberlândia** – PCPT/UDI

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. 99 páginas.

MARCHIORI, A. F.; RODRIGUES, F. F. R. e OLIVEIRA, R. C. **A Educação Física na Infância: a figura do especialista na Educação Infantil de Vitória**. – Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. 25 p. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/issue/view/1108> Acesso em 21 de Nov. de 2011

MINAYO, M. C. de S. e SANCHES, O - **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** - Cad. Saúde Públ, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - SECRETARIA DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS SUBSECRETARIA DE ENSINO REGULAR - **LEGISLAÇÃO E NORMAS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR** - BRASILIA – 1979

MORAIS, D. S de. **Educação Física E Infância Nas Salas De Pré-Escola**. In: XIV Congresso Brasileiro De Ciências do Esporte / I CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2005, Porto Alegre. Ciência para a Vida: Educação Física e Esportes. Florianópolis: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2005 CD ROM

OLIVEIRA, N. R. C. de. **Educação Física na educação infantil: uma questão para debate**. In: XII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 2001, CAXAMBÚ-MG. Sociedade, Ciência e Ética: Desafios para a Educação Física. Campinas, SP: CBCE, 2001. v. único. CD ROM

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE– **Desafios da formação** – Proposições curriculares/Educação Infantil/ Rede municipal de educação e creches conveniadas com a PBH – Belo Horizonte, 2009. 322 p. Disponível em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=educacao&tax=8489&lang=pt_BR&pg=5564&taxp=0&
Acesso em 21 de Nov. de 2011

PREFEITURA DE VITÓRIA - **A educação infantil do município de vitória: Um outro olhar** - Secretaria Municipal de Educação/Gerência de Educação Infantil, Vitória (ES): Multiplicidade, 2006. 104 p.

SANTOS, W. e NUNES, K. R. - **Educação Física na educação infantil: Um projeto coletivo para intervenção no cotidiano escolar** - PROTEORIA/UFES;

SAYÃO, D. T. - **Educação Física na educação infantil: riscos, conflitos e controvérsias** - Ano XI, no 13, Novembro/1999 (ma versão modificada deste texto foi

apresentada no X Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE, Goiânia, outubro de 1997) e publicada nos anais.)

SAYÃO, D. T. – **Educação Física na pré-escola:** Da especialização disciplinar à possibilidade de trabalho pedagógico integrado – Centro de Ciência da Educação, UFSC, 1996

SILVA, I. T. F. R. – **O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM BELO HORIZONTE 1983 A 2000** – Belo Horizonte, MG: [s.n.], 2002. 223 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais:** afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. Apud PREFEITURA DE VITÓRIA - **A educação infantil do município de vitória:** Um outro olhar - Secretaria Municipal de Educação/Gerência de Educação Infantil, Vitória (ES): Multiplicidade, 2006. 104 p.

VIEIRA, M. S. **Por uma Educação Física com sabor: possibilidades e desafios no ensino infantil.** In: XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2007, Recife. Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007. CD ROM